



Central de Movimentos Populares(11) 5072-2932 |  
cmpnacbr@gmail.com

## **CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES**

### **É HORA DE LUTAR PELO SUS: A OPÇÃO BRASILEIRA DEVE SER PELO SISTEMA PÚBLICO, GRATUITO E UNIVERSAL**

Em 1988, o saudoso Sérgio Arouca afirmou que a Reforma Sanitária escrita na Constituição nada representaria se não ganhasse o espaço da comunidade, do lar, da fábrica, das escolas e ali efetivamente produzisse as transformações para “o bem-estar da população e para a construção de uma sociedade democrática, justa e independente”. No entanto, desde então os interesses privados na saúde se impuseram na conformação de um sistema híbrido, que permanentemente tensiona a ideia da saúde como um direito e a busca vender como mercadoria. Neste momento de profunda crise em decorrência da propagação do Coronavírus (COVID-19), o povo brasileiro volta a se deparar com tais limites estruturantes na produção de nosso bem-estar: vivemos uma profunda desigualdade social, que também está presente no Sistema Único de Saúde (SUS). Diante disso, nossa opção para enfrentar a crise deve ser retomar os ideais democratizantes da Reforma Sanitária Brasileira e reafirmar a opção por um sistema público, gratuito e universal.

Desde a Constituinte, apesar dos muitos avanços na expansão da atenção à saúde, a atuação dos setores privados levou à conformação de diferentes formas de privatização, com uma contínua ampliação da assistência médica supletiva e a implantação distorcida do SUS. As políticas foram subordinadas às relações entre empresariado e governantes, com centralização decisória, controle privado das ações e sub-financiamento. A Emenda Constitucional 95 aprofundou o problema orçamentário, com consequente explosão de vazios assistenciais.

As privatizações são operadas por diferentes formas, como a transferência da gestão de serviços públicos às Organizações Sociais da Saúde (OSS), a dupla porta dos hospitais públicos, o controle da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pelos próprios empresários de operadoras de planos de saúde a serem por ela fiscalizadas, com acúmulo de dívidas em bilhões de reais referentes ao ressarcimento do SUS pelas empresas que utilizam serviços do setor público. A Agência de Vigilância Sanitária, sempre refém do agronegócio, agora é promotora do uso indiscriminado de agrotóxicos.

As dificuldades de enfrentamento à propagação do COVID-19 e de garantia de atenção à saúde a toda população brasileira tem relação direta com tal conformação de nosso sistema de saúde, sobretudo com a não regulação do setor privado e da sua relação com o setor público. Por isso, devemos levantar como bandeira neste momento a defesa dos princípios originais da Reforma Sanitária Brasileira, e enfim optar, enquanto sociedade, pela defesa intransigente do SISTEMA PÚBLICO, GRATUITO E UNIVERSAL.

A crise nos mostra que saúde é necessariamente uma produção coletiva de bem-estar, que implica uma transformação social profunda, não apenas restrita à assistência médica, mas relacionada a todos os determinantes da saúde, tais como trabalho, alimentação, habitação e transporte. É saúde enquanto direito universal e igualitário, dever do Estado, a ser efetivado por uma rede regionalizada, que constitua um sistema verdadeiramente único, gratuito, de natureza pública, sob controle social e com financiamento autônomo.

Para além disso, devemos exigir de imediato medidas concretas dos governos, em todos os níveis, para evitar a tragédia que se avizinha. Não basta que o ministro Henrique Mandetta se limite a falar o óbvio em defesa da quarentena. Devemos fortalecer as ações de promoção e prevenção da saúde, ampliar o financiamento da produção pública de vacinas, fortalecer a fiscalização da vigilância sanitária e garantir acesso a medicamentos de alto custo, aos SAMUs e toda a atenção básica à saúde.

De imediato, é preciso derrubar a EC-95, com a garantia de maior financiamento. Devemos garantir formação de profissionais de saúde com foco na prevenção, integralidade e humanização do atendimento, e articulação dos municípios em redes de apoio, com prioridade à atenção ao usuário. O governo federal, ao invés de cumprir seu papel norteador, segue em confronto aberto com os governos estaduais e municipais, sem dar a devida importância às ações que estão sendo implementadas pelos gestores locais. Orientado exclusivamente pelo seu instinto de sobrevivência política, Bolsonaro age no intuito de manter seus seguidores, garantir os interesses dos financistas e banqueiros, e de salvar a sua pele e a de seus filhos, em prejuízo da saúde de toda população brasileira.

Por isso, combinado com a luta por saúde e proteção à vida, precisamos nos envolver num projeto de reconstrução do país, sustentável, inclusivo, democrático e soberano. Em defesa do SUS, da Reforma Sanitária Brasileira, reafirmamos #ForaBolsonaro! e defendemos como medidas concretas:

- 1- Suspensão dos gastos com os juros e encargos da dívida pública e direcionamento dos recursos para financiamento da Seguridade social – Auditoria da dívida já!;
- 2 – Taxação das grandes fortunas e das transações financeiras, nacionais e internacionais;
- 3 - Revogação da Emenda Constitucional 95 e descongelamento dos gastos sociais
- 4 - Restauração do Programa Saúde da Família, com retomada da política de expansão da rede básica, com equipe ampliada de saúde da família e volta do Mais Médicos;
- 5- Ampliação imediata da atenção hospitalar, com inauguração de unidades já antes previstas e em fase de conclusão de obras, reabertura de hospitais fechados e instalação de hospitais provisórios. Leitos para todos e todas!

6- Intervenção na rede privada: todo leito de UTI no Brasil deve ser controlado pelo SUS, fim da dupla-porta nos hospitais públicos;

7- Intervenção na indústria para fabricação acelerada de ventiladores, álcool em gel e máscara;

8- Criar estratégias emergenciais para garantir a saúde da população em situação de rua, em especial a garantia de acesso a água, alimentação e condições de higiene diária;

9- Produção e distribuição da merenda escolar para todas as famílias que dependem dessa alimentação, com retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e garantia de uma alimentação saudável para nossas crianças;

10 - Garantia de emprego e renda para os assalariados dos setores público e privado, com proibição de demissões e pagamento de salários integrais e o pagamento imediato da renda básica emergencial - PagaLogoBolsonaro!;

11 - Fim dos despejos e das reintegrações de posse, e retomada do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, com produção massiva de unidades habitacionais para as faixas de 0 a 3 de renda;

12- Água e saneamento básico para todas e todos! Pelo fim das privatizações no setor, e pela expansão do abastecimento de água e esgotamento sanitário para as áreas não atendidas das favelas e periferias, considerando que o direito à água e ao saneamento é essencial para o enfrentamento da COVID-19;

13 - Suspensão e reestruturação das dívidas das famílias brasileiras, com o fim das cobranças abusivas das taxas de juros pelos bancos públicos e privados;

14 - Suspensão da cobrança de contas de serviços públicos (água, luz, gás, telefone e internet) e das prestações dos mutuários de programas habitacionais;

15 - Combate às violências contra mulheres, negros/as, indígenas, e LGBTQI+;

16. Suspensão de despejos por falta do pagamento de aluguel e das reintegrações de posse.

Em defesa do SUS, de mais recursos para a saúde. Fora Bolsonaro! Pela Anulação do pleito de 2018 e convocação de novas eleições!

Abril de 2020

**CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES**